



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Cajazeiras recebe para a análise **PROJETO DE LEI Nº 87/2025, DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES FEMININAS NAS MESMAS MODALIDADES EM QUE HOUVER COMPETIÇÕES MASCULINAS PROMOVIDAS, APOIADAS OU PATROCINADAS PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

I- RELATÓRIO

Em face da relatoria do presente projeto, e após reunião deliberativa pela assessoria jurídica da Câmara Municipal e a comissão sobre a análise do **PROJETO DE LEI Nº 87/2025 DE PROPOSITURA DO VEREADOR LUALAS JOAN PEREIRA PONTES RIBEIRO**, o presente projeto tem por objetivo assegurar a realização de competições femininas nas mesmas modalidades esportivas em que houver competições masculinas promovidas, apoiadas e patrocinadas pela Secretária Municipal de esportes, garantindo a igualdade de oportunidades e o incentivo à participação feminina no Esporte.

A propositura busca promover a equidade de gênero nas práticas esportivas sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, ampliando o acesso das mulheres às políticas de incentivo ao esporte e ao lazer.

II- PARECER JURIDICO E CONSTITUCIONAL

Após análise da matéria, esta comissão manifesta-se de forma **FAVORÁVEL** ao projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

III- FUNDAMENTAÇÃO

A matéria em análise encontra amparo no princípio constitucional da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, previstos no Art.5, inciso I, da Constituição Federal e o Art. 217 da Constituição Federal, que trata do dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um e em concordância com a Lei Municipal de nº 3032/2023.

A iniciativa apresenta vícios de constitucionalidade, legalidade, além disso, o projeto está em harmonia com os princípios da administração pública, especialmente os da impessoalidade, moralidade e promoção da igualdade, sendo de relevante interesse público.

Seguimos pelo voto abaixo apresentado.



IV- VOTO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após análise do **Projeto de Lei Nº 87/2025**, por não vislumbrar qualquer vício de constitucionalidade, Legalidade e Juridicidade.

De todo o exposto em face das considerações retro, OPINAMOS PELA CONSTITUCIONALIDADE E CONSEQUENTE APROVAÇÃO.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL, 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

SARA SHEYLA SANTANA ALVES
PRESIDENTE

ANTONIO HELANO VIEIRA DA SILVA SEGUNDO
RELATOR

ROBERTO SANTANA DE FIGUEIREDO
MEMBRO